

Companhia Energética Potiguar

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Companhia Energética Potiguar
Macaíba - RN**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Potiguar (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Potiguar em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que indica que as informações comparativas apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram reapresentadas. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas originalmente antes dos ajustes descritos na nota 2, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório em 26 de fevereiro de 2021, com modificação. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os referidos ajustes e sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e, portanto, não expressamos opinião, conclusão ou qualquer forma de assecuração sobre elas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Salvador, 22 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7



Hildebrando Oliveira de Abreu Filho
Contador CRC BA-029520/O-7

Companhia Energética Potiguar

Balanços patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Ativos	Nota explicativa	2021	2020 (Reapresentado, não auditados)	Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa	2021	2020 (Reapresentado, não auditados)
Circulantes				Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.691	164.350	Fornecedores	12	37.220	6.022
Contas a receber	5	29.830	15.953	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	8.908
Impostos a recuperar	6	3.115	70	Obrigações sociais e trabalhistas		937	788
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		281	-	Obrigações tributárias	14	1.287	13.706
Estoques	8	43.778	15.234	Imposto de renda e contribuição social a recolher		93	37.490
Créditos com partes relacionadas	9	945	10.550	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	17	-	12.479
Outras contas a receber		608	378	Outras contas a pagar	15	2.002	2.284
Total dos ativos circulantes		94.248	206.535	Total dos passivos circulantes		41.539	81.677
Não circulantes				Não circulantes			
Estoques	8	-	7.400	Obrigações tributárias	14	1.035	1.801
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		19.887	19.887	Provisão para contingências	16	477	477
Impostos diferidos	7	8.756	928	Outras contas a pagar	15	3.069	4.747
Depósitos judiciais	16	219	722	Total dos passivos não circulantes		4.581	7.025
Imobilizado	10	55.665	55.837	Patrimônio líquido			
Intangível		4.703	7.055	Capital social	17	41.913	63.149
Diferido	11	617	926	Reservas de lucros		96.062	147.439
Total dos ativos não circulantes		89.847	92.755	Total do patrimônio líquido		137.975	210.588
Total dos ativos		184.095	299.290	Total dos passivos e do patrimônio líquido		184.095	299.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Potiguar

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2021	2020 (Reapresentado, não auditados)
Receita operacional líquida	18	251.975	91.452
Custos de operação e manutenção	19	<u>(248.931)</u>	<u>(51.357)</u>
(Prejuízo) Lucro bruto		3.044	40.095
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(16.743)	(20.440)
Outras receitas operacionais, líquidas	19	<u>228</u>	<u>121.088</u>
(Prejuízo) Lucro antes do resultado financeiro		<u>(13.471)</u>	<u>140.743</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	634	1.600
Despesas financeiras	20	<u>(645)</u>	<u>(3.686)</u>
Total		<u>(11)</u>	<u>(2.086)</u>
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(13.482)</u>	<u>138.657</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	(296)	(44.892)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7 e 21	7.828	405
Incentivo fiscal do imposto de renda	21	<u>216</u>	<u>25.680</u>
Total		<u>7.748</u>	<u>(18.807)</u>
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		<u>(5.734)</u>	<u>119.850</u>
(Prejuízo) Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações - R\$		<u>(0,153)</u>	<u>3,191</u>
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício atribuível a:			
Acionistas controladores		(5.103)	106.667
Acionistas não controladores		<u>(631)</u>	<u>13.183</u>
		<u>(5.734)</u>	<u>119.850</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Potiguar

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020 (Reapresentado, não auditados)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(5.734)	119.850
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>(5.734)</u></u>	<u><u>119.850</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Potiguar

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Incentivo fiscal	Reserva dos lucros retidos			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	47.102	4.574	45.308	5.019	-	-	102.003
Aumento de capital	17	16.047	-	-	-	-	16.047
Lucro líquido do exercício	17	-	-	-	-	119.850	119.850
Destinação do lucro:							
Complemento de reserva legal	17	-	4.998	-	-	(4.998)	-
Complemento de reserva de incentivo fiscal	17	-	-	25.680	-	(25.680)	-
Dividendos adicionais a pagar de 2019 (R\$0,18 por lote de mil ações)	17	-	-	-	-	-	(5.019)
Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos (R\$ 0,47 por ação)	17	-	-	-	-	(12.313)	(12.313)
Dividendos adicionais a pagar (R\$0,12 por lote de mil ações)	17	-	-	-	-	(4.510)	(4.510)
Juros sobre capital próprio (R\$0,09 por lote de mil ações)	17	-	-	-	-	(5.470)	(5.470)
Complemento de reserva de lucros retidos	17	-	-	-	66.879	(66.879)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentados, não auditados)	<u>63.149</u>	<u>9.572</u>	<u>70.988</u>	<u>-</u>	<u>66.879</u>	<u>-</u>	<u>210.588</u>
Recomposição de reserva de incentivo fiscal com capital social	17	(21.236)	-	21.236	-	-	-
Dividendos adicionais a pagar de 2020 (R\$0,18 por lote de mil ações)	17	-	-	-	(66.879)	-	(66.879)
Prejuízo do exercício	17	-	-	-	-	(5.734)	(5.734)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>41.913</u>	<u>9.572</u>	<u>92.224</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.734)</u>	<u>137.975</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Potiguar

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2021	2020 (reapresentados, não auditados)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(5.734)	119.850
Ajustes para reconciliar o (prejuízo) lucro líquido do exercício com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	19	9.462	4.715
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	10	74	46.672
Variação cambial líquida		(30)	1.158
Reclassificação de imobilizado processo judicial		-	107
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquidos do bônus de adimplência	13 e 20	30	774
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	13 e 20	86	1.340
Encargos líquido sobre mútuos	9	-	(284)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	(7.828)	(405)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(13.877)	(6.931)
Estoques		(26.850)	(3.064)
Impostos a recuperar		(28.562)	(26.992)
Outras contas a receber		(230)	(310)
Depósito judicial		503	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		31.228	308
Impostos a recolher		11.919	59.116
Obrigações sociais e trabalhistas		149	(60)
Outras contas a pagar		(1.960)	(4.112)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais		<u>(31.620)</u>	<u>191.882</u>
Impostos de renda e contribuição social pagos		(37.265)	(781)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	13	(124)	(800)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais		<u>(69.009)</u>	<u>190.301</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	10	(997)	(1.535)
Recebimento de empréstimo de partes relacionadas		51.901	11.342
Depósitos bancários vinculados		-	6.394
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento		<u>50.904</u>	<u>16.201</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	39.221
Custo de captação adicionado	13	-	(240)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	13	(8.900)	(55.706)
Pagamento de empréstimo de partes relacionadas		(42.296)	(7.122)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	17	(79.358)	(24.618)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(130.554)</u>	<u>(48.465)</u>
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>(148.659)</u>	<u>158.037</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	164.350	6.313
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	<u>15.691</u>	<u>164.350</u>
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>(148.659)</u>	<u>158.037</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética Potiguar (“Companhia” ou “CEP”) é uma sociedade por ações de capital fechado, CNPJ 09.439.128/0001-20, controlada pela Global Participações em Energia S.A., constituída em 19 de dezembro de 2007, com sede em Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte, com o objeto social gerar e comercializar energia elétrica em todo o território nacional, bem como exercer outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia é resultado da cisão parcial da TEP - Termoelétrica Potiguar S.A. e detém autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, mediante a Resolução n.º 346, de 25 de junho de 2002, e a Portaria MME n.º 65, de 18 de abril de 2007, para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia – PIE, pelo prazo de 35 anos a partir da publicação da Portaria MME, implantar e explorar as Usinas Termoelétricas - UTEs denominadas Potiguar (53,12 MW) e Potiguar III (66,4 MW), respectivamente, em decorrência do segundo leilão de energia nova, realizado pela ANEEL. Para tanto as UTEs Potiguar e Potiguar III firmaram um total de 60 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR com a Distribuidoras de Energia Elétrica, na modalidade de disponibilidade de energia elétrica, pelos quais (i) as UTEs têm direito a uma receita fixa mensal para cobrir custos fixos, despesas administrativas e financiamentos e (ii) uma receita variável para ressarcir custos com combustível, operação e manutenção, caso ocorra a efetiva geração de energia elétrica, por meio do despacho das UTEs pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Ambas as receitas (fixa e variável) são faturadas em três parcelas: 1.ª parcela vincenda dia 20 do mês subsequente à geração, 2.ª parcela vincenda dia 30 do mês subsequente à geração e 3.ª parcela vincenda dia 10 do mês seguinte ao mês subsequente da geração. Toda a comercialização da energia elétrica firmada nos CCEARs é acompanhada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

As UTEs Potiguar e Potiguar III entraram em operação comercial em março de 2009 e têm prazo de suprimento até 31 de dezembro de 2023, quando se encerra o período de suprimento vinculado aos CCEARs. Em 21 de dezembro de 2021, as usinas Potiguar e Potiguar III venceram o primeiro Leilão de Reserva de Capacidade onde comercializaram disponibilidade de potência para o período entre julho de 2026 e junho de 2041.

Em virtude do baixo nível dos reservatórios das principais usinas hidrelétricas, bem como outras restrições de natureza energética associadas ao sistema elétrico nacional, as usinas de geração flexível foram despachadas ao longo dos anos de 2020 e 2021. Com isso, a Companhia obteve no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, receita de geração variável de R\$207.621 (R\$39.303 em 2020), além da receita fixa pela disponibilidade das usinas no valor de R\$72.836 (R\$62.484 em 2020). Nos exercícios de 2020, a geração foi dispersa ao longo do ano, ocorrendo de forma intermitente em intervalos não regulares e em 2021 concentrada no segundo semestre, em decorrência do regime hidrológico desfavorável registrado no País.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as normas da ANEEL, quando aplicáveis.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Autorização da emissão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 22 de março de 2022, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Por esta razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente.

Julgamento

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- NE n.º 20 – Reconhecimento de Receita;

Incertezas sobre premissas e estimativas

A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação:

- NE n.º 7 - Tributos diferidos
- NE n.º 10 - Imobilizado;

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente.

Reapresentação dos saldos comparativos

No exercício de 2021, a Companhia reavaliou os critérios adotados na apuração do IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica, no que tange as exclusões da base do Lucro da Exploração relacionado ao benefício da SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, razão pela qual a Companhia está reapresentando o referido balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício de 31 de dezembro de 2020 em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros. Os efeitos dos ajustes realizados nos saldos em 31 de dezembro de 2020, estão a seguir demonstrados:

Balanço patrimonial

	31 de dezembro de 2020		
	Original reportado	Ajustes	Saldo ajustado
Ativo			
Circulante			
Demais rubricas do ativo circulante	206.535	-	206.535
Total do ativo circulante	206.535	-	206.535
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	19.887	19.887
Demais rubricas do ativo não circulante	72.868	-	72.868
Total do ativo não circulante	72.868	19.887	92.755
Total do ativo	279.403	19.887	299.290
Passivo			
Circulante			
Demais rubricas do passivo circulante	81.677	-	81.677
Total do passivo circulante	81.677	-	81.677
Não circulante			
Demais rubricas do passivo não circulante	7.025	-	7.025
Total do passivo não circulante	7.025	-	7.025
Patrimônio líquido			
Demais rubricas do patrimônio líquido	63.149	-	63.149
Reserva de lucros	127.552	19.887	147.439
Total do patrimônio líquido	190.701	19.887	210.588
Total do passivo	279.403	19.887	299.290

Demonstração de resultado

	<u>1.º de janeiro a 31 de dezembro de 2020</u>		
	Original reportado	Ajustes	Saldo ajustado
Receita operacional líquida	91.452	-	91.452
Custos de operação e manutenção	(51.357)	-	(51.357)
Lucro bruto	40.095	-	40.095
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(18.993)	-	(18.993)
Honorários dos Administradores	(1.447)	-	(1.447)
Outras receitas operacionais, líquidas	121.088	-	121.088
Lucro antes do resultado financeiro	140.743	-	140.743
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	1.600	-	1.600
Despesas financeiras	(3.686)	-	(3.686)
Total	(2.086)	-	(2.086)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	138.657	-	138.657
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	(44.892)	-	(44.892)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	405	-	405
Incentivo fiscal	5.793	19.877	25.680
Total	(38.694)	19.877	(18.807)
Lucro líquido do período	99.963	19.877	119.850

Demonstração dos fluxos de caixa

	1.º de janeiro a 31 de dezembro de 2020		
	Original reportado	Ajustes	Saldo ajustado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período	99.963	19.877	119.850
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido			
gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	4.715	-	4.715
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	46.672	-	46.672
Reclassificação de imobilizado de processo judicial	107	-	107
Encargos financeiros de empréstimos, líquidos do bônus de adimplência	774	-	774
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e debêntures	1.340	-	1.340
Encargos líquido sobre mútuos	(284)	-	(284)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(405)	-	(405)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber	(6.931)	-	(6.931)
Estoques	(3.064)	-	(3.064)
Impostos a recuperar	(7.105)	(19.887)	(26.992)
Outras contas a receber	(310)	-	(310)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	1.466	-	1.466
Obrigações tributárias (circulante)	59.116	-	59.116
Impostos de renda e contribuição social pagos	(781)	-	(781)
Obrigações sociais e trabalhistas	(60)	-	(60)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(800)	-	(800)
Outras contas a pagar	(4.112)	-	(4.112)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	190.301	-	190.301
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	(1.535)	-	(1.535)
Aplicações financeiras e depósitos bancários vinculados	6.394	-	6.394
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	4.859	-	4.859
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	39.221	-	39.221
Captação de custo de captação sobre empréstimos e debêntures	(240)	-	(240)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(55.706)	-	(55.706)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(24.618)	-	(24.618)
Pagamento de empréstimo de partes relacionadas	4.220	-	4.220
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	(37.123)	-	(37.123)
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(158.037)	-	(158.037)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6.313	-	6.313
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	164.350	-	164.350
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(158.037)	-	(158.037)

3 Sumário das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos Financeiros

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza anualmente uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Inclui-se questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

O ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros eram mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia mantinha os instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como contas a receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Mensuração a valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

As políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe interna de avaliação que possui a responsabilidade de revisar através de seus modelos todas as mensurações significativas de valor justo.

A avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos. A expertise da Companhia e as práticas utilizadas no setor de energia são ferramentas para mensuração do valor justo. A equipe interna de avaliação analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o CPC 48. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base numa análise prospectiva dos saldos vencidos e a vencer com base no histórico de perda com clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Depósitos bancários vinculados

Referem-se a depósitos em garantia, em conexão com os empréstimos e financiamentos da Companhia. São classificados no ativo não circulante e mantidos até o vencimento, e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Estoques

São registrados pelo custo de aquisição e sua realização se dá através da média ponderada do custo de aquisição. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Depreciação

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL n.º 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente de energia. A vida útil econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Ver as taxas de depreciação na nota explicativa n.º 8.

Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos financeiros e não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Instrumentos financeiros

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e portanto, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos.

Diferido

Composto por gastos administrativos pré-operacionais para viabilização do empreendimento. Conforme facultado pelas Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, a Companhia optou pela manutenção dos saldos do ativo diferido até sua completa amortização, os quais são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa nº 12.

Intangível

Trata-se de ativo intangível que não possui vida útil definida, representado por ágio por rentabilidade futura, o qual sofre amortização societárias e é testado no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Empréstimos e financiamentos

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

Benefício fiscal do ICMS

A Companhia usufrui do benefício fiscal do ICMS / RN, de redução progressiva de alíquota sobre o consumo de óleo diesel na geração de energia termelétrica, podendo reduzir a alíquota de 18% para 12% ou 7% a depender do volume mensal consumido, conforme Art. 87, XVIII do Regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Norte (Decreto nº 13.640/1997), dispositivo este incluído através do Decreto nº 20.797/2008.

Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

As alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240 para IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia goza de benefício fiscal para investimento na Região Nordeste (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE) para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência para o período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2025. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado a reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

A Companhia faz uso, quando cabível, do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC com base na Lei de Incentivo Fiscal nº 8.313/91, destinando até 4% do imposto devido para esse fim; sempre que aplicável, também, realiza doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, destinando até 1% do imposto devido, além de apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte (Decreto nº 6.180/07, artigo 1.º), destinando também até 1% do imposto devido para esse fim.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos resultados projetados da Companhia.

Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades do negócio. Existem também incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Conforme a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em virtude da natureza dos tributos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

Os contratos de comercialização de energia elétrica são realizados nos ambientes comerciais abertos e regulados do Brasil, estando integralmente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), agente responsável pela contabilidade e liquidação do sistema integrado nacional.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado resulta do processamento da medição física (geração), ajustada às perdas proporcionais relacionadas ao sistema informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustados aos montantes de energia efetivamente gerados, quando aplicável. Esses ajustes decorrem dos mecanismos da CCEE que verificam a exposição líquida da Companhia (venda, geração e compras), denominados balanço de energia, que credita ou debita a diferença entre a venda da Companhia e a geração efetiva, geralmente pelo valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Os mecanismos explicados acima resultam em dois tipos de fluxos de receita, como segue:

Receita com venda de energia contratada por disponibilidade (obrigações de desempenho ao longo do tempo): refere-se à receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos, dentre eles: (i) custo e remuneração do investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão; (iii) custos decorrentes do consumo de insumos e/ou combustível e da operação e manutenção da usina referente à geração inflexível; (iv) custos de seguros e garantias da usina; e (v) tributos e encargos diretos e indiretos necessários à execução do objeto dos contratos de venda de energia elétrica em ambiente regulado (CCEAR).

Receita com venda de energia: refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para as distribuidoras, conforme despacho da CCEE. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com as distribuidoras.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Lucro básico e diluído por ação

Está calculado com base na quantidade média das ações disponíveis na data do balanço. O resultado por ação é calculado pela relação entre o resultado do período e a quantidade média ponderada de ações ordinárias da Companhia em circulação. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis.

Pronunciamento	Descrição
IFRS 17	Contratos de seguros
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual
Alterações à IAS 16	Imobilizado—Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

3.1 Efeitos COVID-19

O efeito da pandemia se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumentos de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de empregados e prestadores de serviços, força de trabalho insuficiente e outros desafios.

Face ao cenário apresentado, a Companhia mantém o monitoramento sobre a evolução do tema:

- Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia.
- Em relação à receita, não houve efeitos negativos nas operações atuais e não há previsão de efeito relevante no futuro.
- A administração entende que o cenário de pandemia não trará eventuais necessidades de caixa para a companhia, não havendo assim a necessidade da contratação de novos empréstimos para este fim específico.
- A liquidação de seus passivos está ocorrendo no curso normal dos negócios.
- Durante a pandemia, os resultados ocorreram dentro das expectativas da Administração, não havendo efeitos adversos que requeiram ajustes ou divulgações nessas demonstrações financeiras.

São valores fundamentais da Companhia: segurança e responsabilidade socioambiental. Assim, além das recomendações da Organização Mundial da Saúde, foram adotadas as seguintes medidas:

- Implantação de teletrabalho em todas as atividades administrativas.
- Cancelamento de todas as viagens não essenciais.
- Disponibilização de máscara e protetores faciais para os colaboradores.
- Protocolos de distanciamento social e alternância de rotina, procurando evitar a contaminação do espaço de trabalho e contágio dos colaboradores.
- Ações sociais de apoio no combate à Covid-19 no Estado do Rio Grande do Norte com a doação de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) hospitalares para unidades de saúde de referência; recuperação de respiradores automáticos em parceria com o SENAI; e doação de mantimentos a asilos.

Com base no exposto, a Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas tempestivamente para preservar a integridade das pessoas e de seus ativos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	-	69
Aplicações financeiras de alta liquidez	15.691	164.281
Total	15.691	164.350

As aplicações financeiras correspondem a operações com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação realizada com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração equivalente a 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (70%, em 2020).

5 Contas a receber

	2021	2020
Valores a vencer	18.983	7.185
Valores a faturar	10.847	8.768
Total	29.830	15.953

Valores a receber correspondentes à disponibilidade e ao fornecimento de energia elétrica, conforme Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, com prazo de vencimento inferior a 60 dias, e à venda de energia no mercado de curto prazo, na modalidade *spot*.

Em virtude do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado a limitações na infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, as usinas de geração flexível foram despachadas ao longo do ano de 2021 (despacho concentrado no 2.º semestre) representando um aumento significativo em valores a receber em relação a 2020.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis.

6 Impostos a recuperar

	2021	2020
IRRF	5	-
PIS crédito não cumulativo	542	-
COFINS crédito não cumulativo	2.497	-
Outros	71	70
Total	3.115	70

Em 2021, a Companhia conseguiu acumular créditos não cumulativos referente ao aumento de estoque de combustíveis, lubrificantes e peças e sobressalentes. Ver nota explicativa n.º 8.

7 Impostos diferidos

A Companhia reconheceu os efeitos tributários de IRPJ e CSLL sobre os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias existentes em seus registros fiscais, conforme demonstrado a seguir:

	Alíquota	2021	2020
Prejuízos fiscais acumulados		23.363	-
Bases negativas acumuladas		23.813	-
Diferenças temporárias:			
Despesas pré-operacionais		711	141
P&D - pesquisa e desenvolvimento		1.559	2.587
Total de prejuízos fiscais e diferenças temporárias		25.633	2.728
Total de bases negativas e diferenças temporárias		26.083	2.728
Imposto de renda	25%	6.409	682
Contribuição social	9%	2.347	246
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		8.756	928
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos		9.394	2.213
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos		(638)	(1.285)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		8.756	928
Efeito no Resultado		7.828	405

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios 2021 e 2020. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis todos impostos diferidos serão realizados até 31 de dezembro de 2023.

8 Estoques

	2021	2020
Combustível (óleo diesel)	18.623	10.789
Almoxarifado de peças para manutenção	25.155	11.845
Total	43.778	22.634
Circulante	43.778	15.234
Não circulante	-	7.400
Total	43.778	22.634

Em virtude do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado a limitações na infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, as usinas de geração flexível foram despachadas ao longo do ano de 2021 (despacho concentrado no 2.º semestre). Desta maneira, a Companhia aumentou seu estoque de combustível para atender a demanda de geração de energia.

Em contrapartida, a Companhia necessitou programar suas manutenções preventivas, aumentando o estoque de sobressalentes para este fim.

A Companhia realiza inventário e inspeções regularmente e não identificou a necessidade de constituição de provisão para eventuais perdas.

9 Saldos e transações com partes relacionadas

		Encargos	2021			2020		
	Ref.	incidentes	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Conta corrente</u>								
Companhia Energética Candeias	(a)	sem encargos	945	-	-	10.550	-	-
Total			945	-	-	10.550	-	-
<u>Mútuo</u>								
TEP-Termoelétrica Potiguar S.A	(b)	CDI+3,6%	-	-	-	-	-	284
Total			-	-	-	-	-	284
Circulante			945	-		10.550	-	
Não circulante			-	-		-	-	
Total			945	-		10.550	-	
<u>Outras contas a pagar</u>								
Areia Energia S.A	(c)	sem encargos	-	419	-	-	638	-
Água Limpa Energia S.A.	(c)	sem encargos	-	500	-	-	760	-
Global Participações em Energia S	(c)	sem encargos	-	1.368	-	-	2.082	-
TEP-Termoelétrica Potiguar S.A.	(c)	sem encargos	-	871	-	-	1.325	-
			-	3.158	-	-	4.805	-
<u>Fornecimento de serviços</u>								
Global Engenharia Ltda.	(d)	sem encargos	-	1.178	(17.665)	-	825	(9.879)
Total			-	1.178	(17.665)	-	825	(9.879)

A Companhia faz parte do Grupo Global e sua controladora final é a Commandery Participações em Energia S.A.

- (a) Referem-se à conta corrente com as partes relacionadas, sem prazo de vencimento e sem a incidência de encargos financeiros, e podendo ser decorrentes de pagamentos de despesas reembolsáveis.
- (b) Os valores registrados como mútuo com a Termoelétrica Potiguar S.A. - TEP são remunerados com base na variação mensal do CDI, acrescida de juros de 3,6% ao ano. Em 22 de maio de 2020, a TEP quitou o mútuo com a CEP.
- (c) Refere-se a compra de prejuízo fiscal e base negativa das empresas do mesmo grupo econômico para adesão ao parcelamento PERT, por meio da opção IV, parcelando a entrada de 24% em 24 parcelas e quitando os 76% com prejuízo e base negativa sem redução de juros e multa, com vencimento para 14/11/2023. Ver nota explicativa n.º 15 para mais informações.
- (d) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção - O&M da usina.

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários da Administração, diretoria e conselho, são fixados em Assembleia Geral de Acionistas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram pagos R\$1.332, sendo R\$ 882 de remuneração fixa e R\$ 450 de remuneração variável (R\$1.447 em 2020, sendo R\$ 967 de remuneração fixa e R\$ 480 de remuneração variável) referentes à remuneração de benefícios de curto prazo à Administração e aos empregados da Companhia. A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

10 Imobilizado

	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Almoxarifado	Imobilizado em curso	Veículos	Total
Taxa de depreciação anual	4%(*)	10%(*)	5,5%(*)	20%(*)	(a)	-	20%(*)	
<u>Custo de aquisição</u>								
Saldos em 31 de dezembro de 2019	28.421	379	98.580	952	-	17.506	33	145.871
Adições	-	13	233	65	-	1.224	-	1.535
Baixa	-	(5)	(5)	(119)	-	(11.223)	-	(11.352)
Transferências	39	1	13	22	-	(75)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	28.460	388	98.821	920	-	7.432	33	136.054
Adições	267	23	471	100	-	136	-	997
Baixa	(38)	(2)	(13)	(33)	-	(2)	-	(88)
Transferências	(196)	-	(19)	25	5.706	190	-	5.706
Saldos em 31 de dezembro de 2021	28.493	409	99.260	1.012	5.706	7.756	33	142.669
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(12.946)	(165)	(26.741)	(609)	-	-	(30)	(40.491)
Adições	(947)	(20)	(3.302)	(134)	-	-	(3)	(4.406)
Baixa	-	-	(35.417)	97	-	-	-	(35.320)
Transferências	1	2	(18)	15	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(13.892)	(183)	(65.478)	(631)	-	-	(33)	(80.217)
Adições	(1.140)	(34)	(5.493)	(134)	-	-	-	(6.801)
Baixa	-	1	-	13	-	-	-	14
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(15.032)	(216)	(70.971)	(752)	-	-	(33)	(87.004)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2021	13.461	193	28.289	260	5.706	7.756	-	55.665
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2020	14.568	205	33.343	289	-	7.432	-	55.837

(*) A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL n.º 474/12. A vida útil-econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso e estão apresentados pela taxa média.

(a) Estoque sem movimentação a mais de 12 meses, conforme estabelece o Pronunciamento CPC 27 - Imobilizado, item VIII.

Perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Companhia, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

11 Diferido

	2021	2020
Despesas pré-operacionais	4.686	4.686
Amortização acumulada	(4.069)	(3.760)
Total	<u>617</u>	<u>926</u>

Refere-se a gastos administrativos pré-operacionais, incorridos na fase de implantação da Companhia para viabilização do empreendimento, os quais foram capitalizados até o exercício de 2008 e estão sendo amortizados desde 2009, à taxa de 6,67% ao ano, de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, que é de 15 anos. Conforme facultado pelas Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, a Companhia optou pela manutenção dos saldos do ativo diferido até sua completa amortização.

12 Fornecedores

	2021	2020
Companhia Energética do Rio Grande do Norte	699	695
Cummins Vendas e Serviços	1.143	350
DCCO Soluções em energia	890	-
Global Engenharia Ltda	1.178	825
Petrobras Distribuidora S.A. (a)	23.791	3.198
Sotreq S.A.	8.356	263
Starr Internacional Brasil Seg	550	341
Outros fornecedores	613	350
Total	<u>37.220</u>	<u>6.022</u>

- (a) Em virtude do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado a limitações na infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, as usinas de geração flexível foram despachadas ao longo do ano de 2021 (despacho concentrado no 2.º semestre) representando um aumento significativo de geração de energia anual e consequentemente uma aumento na aquisição de combustível para este fim do fornecedor Petrobras Distribuidora S.A..

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Vencimento principal	Taxas efetiva	Encargos	Circulante	Não circulante	2021	2020
Banco do BBM (a)	jun/21	CDI + 2,45% a.m	-	-	-	-	8.912
(-) Custos de transação			-	-	-	-	(86)
Subtotal			-	-	-	-	8.826
Banco ABC (b)	mai/21	CDI + 0,30% a.m	-	-	-	-	60
Subtotal			-	-	-	-	60
Banco Safra (c)	mar/21	CDI + 0,29% a.m	-	-	-	-	22
Subtotal			-	-	-	-	22
Total			-	-	-	-	8.908
Circulante			-	-	-	-	8.908
Não circulante			-	-	-	-	-
Total			-	-	-	-	8.908

- (a) Cédula de Crédito Bancário assinada em 2 de março de 2020 no montante de R\$14,3 milhões, para substituição da dívida junto ao Banco do Nordeste - FNE, com data de vencimento em 15/06/2021. Possui incidência de encargos financeiros equivalentes a 100% da variação do CDI, acrescidos de juros de 1,20% ao ano. As amortizações são mensais e sucessivas e foi emitido pelo Banco BBM. Em 23 de fevereiro de 2021 a cédula de crédito bancário foi totalmente quitada.
- (b) Contrato de conta garantida assinado em 4 de novembro de 2020, dando a possibilidade de captar recursos de até R\$20 milhões com incidência de encargos financeiros equivalentes a 100% da variação do CDI, acrescidos de juros de 0,3% ao mês. Os encargos são cobrados mensalmente e as amortizações podem acontecer a qualquer momento, limitada até a data do vencimento. Em 09 de dezembro de 2020, o contrato foi aditado e teve seu montante alterado para o limite de R\$30 milhões e consequentemente o seu prazo de vencimento passou de 03/05/2021 para 07/05/2021. Em 5 de novembro de 2020 foram captados o montante de R\$3.255, em 18 de novembro de 2020 foram captados o montante de R\$415, em 19 de novembro de 2020 foram captados o montante de R\$2.270, em 20 de novembro de 2020 foram captados o montante de R\$2.270, em 23 de novembro de 2020 foram captados o montante de R\$10.650 e em 25 de novembro de 2020 foram captados o montante de R\$1.020 totalizando o montante de R\$19.921. Os recursos captados foram pagos em 14 de dezembro de 2020 no valor de R\$3.300 e em 21 de dezembro de 2020 no valor de R\$16.621. Em 04 de janeiro de 2021 a conta garantida foi totalmente quitada.
- (c) Contrato de conta garantida assinado em 23 de novembro de 2020, dando a possibilidade de captar recursos de até R\$5 milhões com incidência de encargos financeiros equivalentes a 100% da variação do CDI, acrescidos de juros de 0,299417% ao mês. Os encargos são cobrados mensalmente e as amortizações podem acontecer a qualquer momento, limitada até a data do vencimento. Em 18 de dezembro de 2020, o contrato foi aditado e teve seu montante alterado para o limite de R\$10 milhões e consequentemente o seu prazo de vencimento passou de 22/02/2021 para 18/03/2021. Em 24 de novembro 2020 foram captados o montante total de R\$5.000, pagos em 28 de dezembro de 2020 no montante de R\$2.501 e 30 de dezembro de 2020 o montante de R\$2.499. Em 06 de janeiro de 2021 a conta garantida foi totalmente quitada.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.909	18.410	24.319
Captação de empréstimos	39.221	-	39.221
Juros e variações monetárias provisionadas	774	-	774
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(800)	-	(800)
Aquisição dos custos de captação	(240)	-	(240)
Amortização dos custos de captação	1.340	-	1.340
Transferências	18.410	(18.410)	-
Pagamentos de principal	(55.706)	-	(55.706)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.908	-	8.908
Juros e variações monetárias provisionadas	30	-	30
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(124)	-	(124)
Amortização dos custos de captação	86	-	86
Pagamentos de principal	(8.900)	-	(8.900)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-

Garantias e cláusulas contratuais restritivas - covenants

Enquanto não quitada totalmente essa dívida do Banco BBM, vigorava um contrato de financiamento vigente em 31 de dezembro de 2020 firmado pela Companhia está garantido por: (a) cessão e vinculação parcial dos direitos creditórios (recebíveis); e (b) aval corporativo da Global Participações em Energia S.A.

14 Obrigações tributárias

	2021	2020
INSS serviços de terceiros	105	62
PIS - Programa de integração social (a)	-	2.271
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (a)	-	10.463
PIS/COFINS/CSLL retidos	125	82
ICMS e DIFAL	209	20
Parcelamentos tributários (b)	1.803	2.559
Outros tributos a recolher	80	50
Total	2.322	15.507
Circulante	1.287	13.706
Não circulante	1.035	1.801
Total	2.322	15.507

- (a) Em 2020, a Companhia era autora da ação, em uma causa com probabilidade de êxito possível, contra o Conselho Nacional de Política Energética, referente aos artigos 2.º e 3.º da Resolução n.º 03/13 desse órgão. A ação movida contra o fornecedor Caterpillar Inc. foi encerrada em dezembro de 2020 após acordo entre as partes, aumentando significativamente o saldo de impostos a recolher no quarto trimestre de 2020.
- (b) Em 10 de julho de 2019, a Companhia aderiu a parcelamento ordinário por meio de um pedido espontâneo, parcelando o débito com a RFB – Receita Federal do Brasil em 60 parcelas iguais e consecutivas por meio de débito em conta.

15 Outras contas a pagar

	2021	2020
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	1.913	2.225
Água Limpa Energia S.A. (a)	500	760
Areia Energia S.A. (a)	419	638
Global Participação em Energia S.A. (a)	1.368	2.082
TEP Termoeletrica Potiguar S.A. (a)	871	1.325
Outras	-	1
Total	5.071	7.031
Circulante	2.002	2.284
Não circulante	3.069	4.747
Total	5.071	7.031

- (i) Em 14 de novembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, por meio da opção IV, pela qual efetuará a quitação da dívida tributária da seguinte forma: 24% do saldo a pagar por meio de desembolso de caixa parcelado em 24 vezes, com pagamentos mensais, e os 76% remanescente por meio de compensação de prejuízo fiscal e base negativa.
- (ii) O prejuízo fiscal e base negativa utilizados para quitação da mencionada dívida foram adquiridos, com deságio, de outras Companhias do Grupo Global Participações em Energia S.A. Ver nota explicativa n.º 9.

16 Riscos contingenciais

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos.

O saldo de R\$405 refere-se a uma provisão de um processo administrativo na Receita Federal, sobre INSS retido de serviço contratado de terceiros.

A Companhia possui uma ação extrajudicial ajuizada pela B2A referente a retenções de pagamento pela CEP em função da discussão relativa a medições de serviços realizados por este fornecedor, num montante total de R\$73.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia não há expectativas de perdas prováveis nas diversas demandas judiciais; desta forma nenhuma provisão para perdas foi constituída. Conforme análise dos assessores jurídicos, há probabilidade de perda avaliada como possível estimada para processos, em sua maioria, de natureza trabalhista, no montante de R\$1.289.

Com relação às causas de natureza ativa, em que a Companhia era autora da ação, em uma causa com probabilidade de êxito possível, contra o Conselho Nacional de Política Energética, referente aos artigos 2.º e 3.º da Resolução n.º 03/13 desse órgão. A ação movida contra o fornecedor Caterpillar Inc. foi encerrada em dezembro de 2020 após acordo entre as partes.

Depósito judicial

Trata-se de ação ordinária com pedido de antecipação de tutela ajuizada pela Companhia Energética Potiguar - CEP, contra Afincó Abílio Felix Incorporações e Construções Ltda., cuja discussão se assenta sobre os termos do contrato de locação de imóvel com opção de compra firmada entre as partes. A demanda tem o propósito de adjudicar o bem locado em favor da autora, em face do exercício do direito de opção de compra, mediante pagamento do preço, nos termos do contrato entabulado pelas partes. Após movimentação processual favorável à Companhia o saldo foi transferido para conta contábil de terrenos. Esta ação foi encerrada através de acordo entre as partes conforme sentença homologatória expedida em 08/01/2021.

17 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia no montante de R\$41.913 (R\$63.149 em 2020) está representado por 37.555 (37.555 em 2020) ações ordinárias, sem valor nominal, e está distribuído da seguinte forma:

<u>Acionista</u>	<u>2021 e 2020</u>	
	<u>Quantidade de ações</u>	<u>%</u>
Global Participações em Energia S.A.	33.423.702	89%
Fernando Wilson Araújo Magalhães Filho	3.755.472	10%
Maria das Graças B. N. Fernandes	375.547	1%
Total	37.554.721	100%

Capital social

Em 04 de maio de 2020, por meio de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas (“AGE”) o capital social da Companhia foi aumentado com a utilização de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$16.047.

Em 12 de abril de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas (“AGE”) o capital social da Companhia foi reduzido para recomposição do benefício fiscal Sudene no montante de R\$21.236.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. De acordo com o estatuto social da Companhia, é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, diminuído da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, bem como dos demais ajustes previstos no artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, não foi constituída a reserva legal em função do prejuízo do exercício (R\$4.998, em 2020), totalizando R\$9.572.

Incentivo fiscal

Em 20 de abril de 2021, foi deliberada por meio de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas (“AGE”) a recomposição do benefício fiscal Sudene no montante de R\$21.236, através da redução de capital social.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía reserva de incentivo fiscal do imposto de renda registrada no montante de R\$92.224 (R\$70.988, em 2020) e não houve o reconhecimento do incentivo fiscal utilizado no ano de 2021 no montante de R\$216, em função do prejuízo acumulado, que será constituído quando a Companhia apresentar lucro no exercício. (R\$25.680, em 2020).

Excesso de reservas de lucros retidos

Conforme determina a Lei das S.A. em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía saldo de reservas de lucros superior ao capital social em aproximadamente R\$3.730, o qual foi destinado em assembleia geral em 2021.

Dividendos adicionais propostos

A Administração da Companhia decidiu, na Assembleia Geral Ordinária realizada em 16 de março de 2021, distribuir dividendos adicionais ao mínimo no montante de R\$66.879.

Lucro líquido básico e diluído por ação

O resultado por ação é calculado pela relação entre o resultado do período e a média ponderadas de ações ordinárias em circulação no período, conforme demonstrado a seguir:

	2021	2020
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(5.734)	119.850
Média ponderada de ação por lote de mil	37.555	37.555
(Prejuízo) Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>(0,153)</u>	<u>3,191</u>

Dividendos

A Companhia outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual calculado e ajustado nos termos da legislação societária, ajustado da seguinte forma:

	2021	2020
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(5.734)	99.963
Reserva legal	-	(4.998)
Reservas de incentivos fiscais	-	(5.793)
Base para dividendos	<u>(5.734)</u>	<u>89.172</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	-	22.293
Dividendos adicionais pagos	-	(4.510)
Juros sobre capital próprio	-	(5.470)
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>-</u>	<u>12.313</u>

Em 4 de maio de 2020, a Administração aprovou, em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de R\$4.948 (R\$0,13 por lote de mil ações), referentes a lucros a distribuir de exercícios anteriores e R\$11.000 (R\$0,29 por lote de mil ações), referentes a dividendos mínimos obrigatórios de 2020, os quais foram totalmente pagos no transcorrer do exercício de 2021, conforme disponibilidade de caixa.

Em 21 de julho de 2020, a Administração destinou, em Reunião do Conselho de Administração, a título de dividendos complementares de 2019 no valor de R\$69 (R\$0,00 por lote de mil ações) e dividendos adicionais de 2020, o valor de R\$4.510 (R\$0,12 por lote de mil ações), os quais foram totalmente pagos no transcorrer do exercício de 2021, conforme disponibilidade de caixa.

Em 28 de setembro de 2020, a Companhia, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$3.370 de juros sobre capital próprio referente ao resultado do 1º semestre do exercício de 2020, os quais foram totalmente pagos no transcorrer do exercício de 2020, conforme disponibilidade de caixa.

Em 23 de dezembro de 2020, a Companhia, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$2.100 de juros sobre capital próprio referente ao resultado do 2º semestre do exercício de 2020, os quais foram totalmente pagos no transcorrer do exercício de 2020, conforme disponibilidade de caixa.

Em 16 de março de 2021, a Administração aprovou, em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de R\$66.879 (R\$0,18 por lote de mil ações), referentes a dividendos adicionais complementares a distribuir de exercícios anteriores, os quais foram totalmente pagos no transcorrer do exercício de 2021, conforme disponibilidade de caixa.

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2020 está apresentado a seguir:

Saldo dividendos a pagar 2019	9.785
Dividendos propostos referente a 2019	5.019
Dividendos adicionais de 2020	4.510
Dividendos mínimos obrigatórios de 2020	12.313
Juros sobre capital próprio	5.470
Dividendos pagos de 2019	(6.858)
Dividendos pagos de 2020	(10.229)
Juros sobre capital próprio pagos em 2020	(8.352)
IRRF sobre juros sobre capital próprio pagos em 2021	821
Saldo dividendos a pagar 2020	12.479
Dividendos adicionais de 2020	66.879
Dividendos pagos de 2020	(79.358)
Saldo dividendos adicionais a pagar 2021	-

18 Receita operacional líquida

	2021	2020
Receita de venda de energia	207.621	39.303
Receita de venda de energia por disponibilidade	72.836	62.484
Deduções de venda		
PIS	(4.631)	(1.681)
COFINS	(21.332)	(7.743)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(2.519)	(911)
Total	251.975	91.452

19 Custos/despesas por natureza

	2021	2020
Custos e despesas com pessoal e administradores	(4.320)	(3.517)
Depreciação e amortização	(7.110)	(4.715)
Custo de utilização do sistema de distribuição	(7.794)	(6.954)
Custos com manutenção e operação (a)	(233.642)	(39.751)
Custos e despesas com seguros	(420)	(152)
Despesas com viagens e comunicações	(132)	(141)
Serviços de terceiros	(794)	(779)
Assessoria e consultoria	(7.677)	(14.998)
Tributos	(742)	(325)
Outras despesas (receitas) (b)	(2.815)	120.623
Total	(265.446)	49.291
Classificados como:		
Custos de operação e manutenção	(248.931)	(51.357)
Despesas gerais e administrativas	(16.743)	(20.440)
Outras receitas operacionais, líquidas	228	121.088
Total	(265.446)	49.291

- (a) Em virtude do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado a limitações na infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, as usinas de geração flexível foram despachadas ao longo do ano de 2021 (despacho concentrado no 2.º semestre) representando um aumento significativo de geração de energia anual e consequentemente aumento no horímetro dos motores moto geradores, fez-se necessário realizar as manutenções corretivas e preventivas, elevando assim, os custos das manutenções e operações da Companhia, se comparado com 2020.
- (b) Refere-se à causa de natureza ativa, em que a Companhia era autora da ação, em uma causa com probabilidade de êxito possível, contra o Conselho Nacional de Política Energética, referente aos artigos 2.º e 3.º da Resolução n.º 03/13 desse órgão. A ação movida contra o fornecedor Caterpillar Inc. foi encerrada em dezembro de 2020 após acordo entre as partes, incorrendo em gastos com assessoria e consultoria.

20 Resultado financeiro

	2021	2020
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	517	112
Juros recebidos sobre contrato de mútuo	-	284
PIS e COFINS sobre receita financeira	(28)	(78)
Variações cambiais positiva	67	-
Outras receitas financeiras, líquidas	78	1.282
Subtotal	634	1.600
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(30)	(774)
Amortização de custo de captação	(86)	(1.340)
Variações cambiais negativa	(37)	(1.158)
Outras despesas financeiras, líquidas	(492)	(414)
Subtotal	(645)	(3.686)
 Total	 (11)	 (2.086)

21 Imposto de renda e contribuição social

Nos exercícios de 2021 e de 2020, a Companhia adotou o regime de lucro real para apuração do IRPJ e da CSLL. A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão demonstrados a seguir:

	Taxa efetiva	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(13.482)	138.657
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)		4.584	(47.143)
Diferenças permanentes:			
Adições		(1.348)	(1.183)
Exclusões		4.178	3.054
Compensação de base negativa e prejuízo fiscal		130	380
Demais adições e exclusões		(7.840)	-
Subtotal	2,20%	(296)	(44.892)
Incentivos fiscais do imposto de renda		216	25.680
Imposto de renda e contribuição social diferidos		7.828	405
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-55,27%	7.748	(18.807)

22 Seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

Abrangência	Cobertura	Importância segurada	Prêmio	Vencimento
Danos materiais	Subestação, sala de controle, linha de transmissão, tancagem de óleos e “power house” 1 e 2	115.500	660	10/05/2023
Responsabilidade civil de administradores e Diretores (D&O)	Indisponibilidade de bens e penhora online, cobertura para fiança, lesões corporais ou danos materiais.	15.000	5	27/07/2022

23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia apresenta exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais da Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Controladoria supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco.

<u>Ativos financeiros</u>	Valor contábil 2021		
	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	15.691	-	15.691
Contas a receber	29.830	-	29.830
Créditos com partes relacionadas	945	-	945
<u>Total</u>	<u>46.466</u>	<u>-</u>	<u>46.466</u>

<u>Passivos financeiros</u>	Valor contábil 2021		
	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Total
Fornecedores	37.220	-	37.220
<u>Total</u>	<u>37.220</u>	<u>-</u>	<u>37.220</u>

As operações da Companhia estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco a seguir:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar esse risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e o acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de clientes, a Companhia entende que não existem riscos de inadimplência por parte destes clientes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

A Companhia avalia seus históricos de recebimentos e não identifica exposição ao risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contrato de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais com as distribuidoras. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

<u>Ativos financeiros não derivativos</u>	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual		
		12 meses	24 meses	36 meses
Caixa e equivalentes de caixa	15.691	15.691	-	-
Contas a receber de clientes	29.830	29.830	-	-
Créditos com partes relacionadas	945	945	-	-
<u>Total</u>	<u>46.466</u>	<u>46.466</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia.

A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia possuía contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Estas cláusulas restritivas foram monitoradas adequadamente e não limitaram a capacidade de condução do curso normal das operações. Tais operações foram integralmente quitadas durante o exercício de 2021.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

<u>Passivos financeiros não derivativos</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Fluxo de caixa contratual</u>		
		<u>12 meses</u>	<u>24 meses</u>	<u>36 meses</u>
Fornecedores	37.220	37.220	-	-
Total	37.220	37.220	-	-

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Taxa de câmbio

- Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas cotações de moedas estrangeiras. A Companhia não possui compromissos em valores significativos de compras contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a estes passivos surge em razão da possibilidade de flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os seus saldos. Em 2021 a Companhia obteve de variação cambial líquida positiva de R\$ 30 (Em 2020 variação cambial líquida negativa de R\$ 1.158).

Taxa de juros

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. Para mitigar esse tipo de risco, a Companhia vem negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI (certificado de depósito bancário) e fundos de renda fixa.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

A administração julga que qualquer variação nas taxas de juros não causaria impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021, além do cenário provável, a Companhia apresentou mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

Modalidade	Risco	Cenário				Saldo		
		Provável	Possível	Remoto	Contábil	Provável	Possível	Remoto
		I	II	III		I	II	III
		(*)	25%	50%			25%	50%
Ativo - Aplicações financeiras								
Banco Santander S.A.	Baixa do CDI	9,30%	6,98%	4,65%	13	14	14	14
Banco ABC	Baixa do CDI	9,30%	6,98%	4,65%	1	1	1	1
Banco Itaú	Baixa do CDI	9,30%	6,98%	4,65%	15.666	17.123	16.759	16.394
Caixa Econômica Federal	Baixa do CDI	9,30%	6,98%	4,65%	1	1	1	1
Banco Bradesco S.A.	Baixa do CDI	9,30%	6,98%	4,65%	10	11	11	10
Total aplicações financeiras					15.691	17.150	16.786	16.420
Total líquido					15.691	17.150	16.786	16.420
* Fonte: Banco Santander		Efeito no patrimônio líquido			-	1.459	1.095	729

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes a dois acionistas, representados por pessoas jurídicas. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Quanto à escassez de combustível

- A Companhia possui contrato de promessa de compra e venda mercantil para comercialização de óleo diesel firmado com a Petrobras Distribuidora S.A., em caráter de exclusividade, com vigência igual ao dos contratos de fornecimento de energia, até 31 de dezembro de 2023. Conforme estabelecido em contrato, a Vibra (ex Petrobras Distribuidora S.A.) assegura o fornecimento de combustível na quantidade necessária para garantir a geração de energia de forma continuada, em caso de despacho pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, sujeitando-se a penalidade (multa) na hipótese de não atendimento do volume requisitado. A Companhia entende não haver riscos relevantes que justifique o reconhecimento de perdas.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia, por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos; desta forma, não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

24 Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía contratos de longo prazo firmados no montante mensal de R\$1.414, relacionados com:

- Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD (R\$672), com vigência até o fim da autorização de operação das usinas.
- Contrato de Operação e Manutenção e Engenharia (R\$742), com vigência até 1.º de janeiro de 2024.
- Os contratos da Companhia para aquisição de óleo diesel com a Vibra (ex Petrobras Distribuidora S.A.) não têm valor fixo, pois só há desembolsos (custo variável) caso ocorra geração/despacho de energia para o sistema elétrico, e têm vigência até 31 de dezembro de 2023.

25 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

As principais transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa estão descritas a seguir:

Exercício de 2021

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$25.236.

Exercício de 2020

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$9.123.